

Direitos humanos: violências no Brasil

Relatório do governo dos Estados Unidos focaliza violência policial e discriminação

por Maria Helena Tachinardi
de Washington

Em um extenso relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, divulgado ontem, o Departamento de Estado considera que "os mais sérios abusos" continuam sendo os assassinatos cometidos por policiais, entre eles o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás (Pará), no ano passado. O documento de 64 páginas faz referências também à violência e discriminação contra as mulheres e homossexuais, à prostituição infantil, à exploração do trabalho de crianças, às ameaças de expropriação de terras indígenas e à deterioração das condições de vida nos presídios das grandes cidades.

Todos os anos o Departamento de Estado divulga a sua avaliação sobre os direitos humanos em âmbito mundial. Neste ano o relatório menciona, como aspectos positivos, o plano de ação do governo Fernando Henrique Cardoso, mas admite que existe ceticismo por parte de organizações não-governamentais quanto à oposição no Congresso a alguns elementos do programa e quanto aos meios efetivos que serão empregados para atingir os seus objetivos. "O crescente compromisso dos políticos, em nível nacional, ainda não teve um impacto significativo em muitos estados, onde as violações dos direitos humanos são mais comuns".

No caso de São Paulo, por exemplo, onde foi criada a figura do "ombudsman" policial (uma espécie de representante da sociedade civil para investigar queixas dos cidadãos), a informação é que a polícia assassinou 119 pessoas nos primeiros seis meses do ano passado. O documento ressalta como ação positiva do "ombudsman" a abertura, pela polícia paulista, de mais de cem investigações criminais internas, de novembro de 1995 a junho de 1996, em comparação com apenas 40 iniciadas anteriormente.

No Rio, "ao menos 596 menores foram vítimas de homicídio em 1995, de acordo com o Instituto Avançado para Estudos da Religião. Execuções de crianças de rua continuaram em 1996, mas estatísticas abrangentes não estavam disponíveis", observam os autores do relatório. Eles ressaltam, entretanto, que "o número de cidadãos mortos em conflito com a polícia do Rio aumentou significativamente". Antes de junho de 1995 a média era de 3,2 pessoas por mês, subindo para 20,5 no primeiro semestre do ano passado.

Documento registra 45 mortes em disputa pela terra e critica impunidade da maioria dos casos

O assassinato dos sem-terra em Eldorado dos Carajás "ilustra as tensões criadas pelos invasores de terra e a excessiva violência usada por policiais no trato com os invasores", diz o relatório, que registra a morte de 45 pessoas em disputas de terra nos primeiros oito meses de 1996 e critica a impunidade na

maior parte dos casos, devido às pressões dos proprietários que intimidam juízes locais e advogados.

Além de citar o massacre de Corumbiara (Rondônia) em 1995, o documento volta a mencionar a execução de crianças de rua na igreja da Candelária, no Rio, e observa que as investigações sobre a morte de 21 pessoas na favela carioca de Vigário Geral "continuam a progredir lentamente". A recaptura e prisão de Darly Alves da Silva e seu filho, assassinos do líder seringueiro Chico Mendes, no ano passado, mereceu um breve comentário no relatório.

O sistema carcerário do País é criticado pela superlotação dos presídios, corrupção e deterioração das condições de vida dos presos. Além disso, "um total de 1.422 prisioneiros escaparam de cadeias paulistas até o fim de junho". O governo americano nota "a necessidade de reforma judicial" no Brasil "porque o sistema atual é ineficiente", com muitos casos pendentes para serem julgados e poucos juízes. Mas comenta, positivamente, a criação por lei federal, em 1995, de tribunais de pequenas causas, que em São Paulo resolveram 80% dos casos em 60 dias.

O documento do Departamento de Estado destaca a violência contra homossexuais, vítimas de gangues neo-nazistas, e refere-se aos abusos contra as mulheres, especialmente em Belo Horizonte, além de constatar a existência de discriminação no trabalho das mulheres, cujos salários são 54% inferiores aos auferidos pelos homens.

Presídios são superlotados, há corrupção do sistema e condição de vida dos presos é deteriorada

O governo americano expressa a preocupação demonstrada pelos grupos de direitos humanos quanto às mudanças no processo de demarcação de terras indígenas, e salienta que os negros sofrem um número de condenações muito maior do que os brancos. Por fim, o relatório menciona, de acordo com dados da Pastoral da Terra da Igreja Católica, 21 casos de trabalho forçado (principalmente na produção de carvão e de açúcar), envolvendo um total de 26 mil trabalhadores em oito estados.